

Expurgo pode atingir também a correção cambial, diz Galvêas

por Reginaldo Heller
do Rio

O ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, afirmou, ontem, que o governo poderá realizar, também, o expurgo da correção cambial. "O governo", disse ele, "está examinando esta hipótese, necessária do ponto de vista do déficit público, mas ainda não existe nada conclusivo." Logo após receber a medalha do mérito industrial do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), Arthur João Donato, Galvêas reuniu a imprensa para explicar quais as intenções das autoridades em relação ao sistema de indexação na economia, procurando dirimir dúvidas que já estão causando expectativas nos diferentes segmentos do setor privado, embora frisando sempre que as medidas estão sendo ainda ultimadas.

A proposta do governo, segundo Galvêas, é realizar o expurgo nos índices de preços por atacado e do custo de vida dos efeitos inflacionários das recentes reduções de subsídios na economia, especialmente aqueles concebidos ao petróleo e derivados, trigo e derivados e açúcar. "Temos, então, um índice geral de preços expurgado que determinará a correção monetária. Igual procedimento será feito com o INPC para incidir nos reajustes de salários e aluguéis. O ministro da Fazenda

explicou que o expurgo será feito uma única vez, ainda em junho, deixando de ser aplicado nos meses seguintes. Entretanto, ele defendeu a necessidade de se adotar o mesmo procedimento sempre que ocorrerem acidentalidades que pressionem os preços para cima. Em relação à correção cambial, Galvêas reconheceu a necessidade de se realizar um expurgo, especialmente pelos efeitos do custo do serviço da dívida interna sobre o déficit público. Sem confirmar uma decisão oficial, por enquanto, admitiu que há uma forte inclinação para se realizar um expurgo menor do

que o imposto à correção monetária, provavelmente excluindo os efeitos dos aumentos dos preços do petróleo e derivados.

Em relação aos salários, ele esclareceu que a fórmula atual de reajustes por faixas de rendimentos seria mantida, pois o expurgo incidiria apenas no INPC, e considerou mínimos os efeitos sobre as faixas mais altas, de 15 salários mínimos para mais (que reajustam na proporção de 50% do INPC), pois o expurgo, que não quantificou, representaria apenas uma pequena parcela suportável. Ele afirmou que fazer o expurgo de uma só vez seria

suficiente, pois há um conjunto de medidas voltadas para atacar os principais focos de inflação, e, portanto, o governo espera que, após o impacto inicial das recentes medidas, a tendência sofra uma sensível inversão. No entanto, não descartou a adoção de novos "pacotes", desde que as autoridades verifiquem a imperiosidade de ajustamentos no rumo da política econômica.